



Bolsas
Na sexta-feira
1,29% São Paulo
1,09% Nova York



Salário mínimo
R\$ 1.100

Dólar
Na sexta-feira
R\$ 5,454
(▼ 1,11%)

Dólar	Últimas cotações (em R\$)
7/outubro	5,517
8/outubro	5,516
11/outubro	5,537
13/outubro	5,509
14/outubro	5,516

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R\$ 6,329

Capital de giro
Na sexta-feira
6,76%

CDB
Prefeirão 30 dias (ao ano)
6,73%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2021	0,83
Junho/2021	0,53
Julho/2021	0,96
Agosto/2021	0,87
Setembro/2021	1,16

Um dos maiores desafios no Brasil após a crise sanitária será o desemprego elevado, porque, devido à tendência de baixo crescimento do país, a taxa de desocupação não ficará abaixo de 10% nesta década, de acordo com especialistas

As cicatrizes da pandemia no mercado de trabalho

» ROSANA HESSEL

Apesar do avanço da vacinação contra a covid-19 no país, com 101,3 milhões de brasileiros totalmente imunizados — conforme dados do Ministério da Saúde —, a atividade econômica patina em meio às incertezas conjunturais e a pandemia vai deixando suas cicatrizes, que devem ser profundas. Além das perdas de pouco mais de 600 mil vidas e das inevitáveis sequelas nos recuperados, o mercado de trabalho também sofre um baque forte com a covid-19 e a taxa de desemprego deve demorar para ficar abaixo de dois dígitos, alertam os especialistas.

Analistas avaliam que, mesmo após o recuo recente para 13,7% na média do trimestre móvel encerrado em julho, quando o país atingiu 14,1 milhões de desocupados, a tendência é de que a taxa de desemprego deva subir e não ficará abaixo de 10% nesta década. Eles reforçam que a pandemia agravou um quadro que já era ruim e, portanto, os futuros candidatos à presidência em 2022 precisarão olhar para essa questão com cuidado e elaborar um bom plano de governo, caso contrário, o país não mudará essa realidade.

O emprego só cresce com a atividade econômica aquecida. Mas as recentes estimativas do mercado mostram que o Produto Interno Bruto (PIB) não são nada animadoras, porque estão em queda e mostram que, devido às mazelas da volta da inflação e às incertezas em relação à política, o PIB não tem fôlego para crescer de forma robusta, ou seja, acima do seu potencial, que encolheu e hoje está abaixo de 2%. As novas estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o PIB brasileiro, por exemplo, prevendo expansão do PIB de 1,5% em 2022 em vez de 1,9%, são criticadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele disse que o FMI “vai continuar errando as projeções”.

O cenário previsto por especialistas, no entanto, são piores do que o estimado pelo organismo multilateral, pois já há estimativas para o PIB abaixo de 0,5% e muitos não descartam um cenário de estagnação — o pior dos mundos na teoria econômica, porque não há crescimento e o custo de vida continua elevado, corroendo a renda da população. O Fundo prevê o desemprego no país abaixo de 10% em 2026, cenário improvável pelos analistas.

Um exercício matemático feito por economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e que o *Correio* teve acesso revela que, se o PIB do país crescer 3,5% entre 2023 e 2026, o desemprego ficará em 10,1% no fim do período, em uma projeção sem ajuste sazonal. Na série ajustada sazonalmente, a taxa passaria para 9,8%, considerando essa mesma expansão. Mas, se o PIB avançar 1,5% nos próximos cinco anos, o desemprego chegaria a 11,6% em 2026.

“A taxa de desemprego já vinha subindo desde 2014, com a primeira recessão da última década e estava em dois dígitos antes da covid-19 e piorou com a pandemia. Apesar de o país já ter volta-

do a criar emprego, o ritmo não é suficiente para fazer a taxa de desocupação voltar a um dígito tão cedo. Isso já era difícil antes, e, agora, será bastante desafiador”, afirma o economista e pesquisador do Ibre Fernando de Holanda Barbosa Filho, um dos responsáveis pelo levantamento. Para ele, a queda na taxa de desemprego será lenta e gradual, porque um crescimento de 3,5% no país, nos próximos anos, é pouco provável na atual conjuntura.

Vale lembrar que 2021 é um ponto fora da curva na trajetória do PIB brasileiro. As previsões de avanço do PIB, em torno de 5%, após o tomo de 4,1%, em 2020, precisam de um desconto do carregamento estatístico do ano anterior — que varia de 3,6% a 4,9% —, dependendo do cálculo utilizado. Isso só confirma a tendência de baixo crescimento do país, o que faz analistas não apostarem em uma taxa de desemprego de um dígito tão cedo.

“O desemprego não deve ficar abaixo de 10% nesta década. A não ser que tenha um milagre, o PIB não conseguirá crescer 3,5% nos próximos anos e isso significa que o desemprego vai continuar muito alto e a massa salarial não retoma o valor real de 2014”, frisa o economista Simão Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP). Ele lembra que a desocupação deu um salto entre 2015 e 2016 e a média atual dos últimos sete anos é ascendente e, sem um crescimento robusto da atividade, o desemprego não tem como diminuir.

Alessandra Ribeiro, sócia da Tendência Consultoria, reforça o raciocínio de Silber. “Por mais que a economia esteja se recuperando, a taxa de desemprego ainda está elevada e, provavelmente, o país deverá recuperar a taxa de ocupação no nível pré-pandemia em maio do próximo ano. Mas o desemprego vai persistir em dois dígitos em um horizonte mais longo”, afirma. Ela lembra que a informalidade no país — de 40,8% da população ocupada, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Economia (IBGE) — é elevada e a retomada do setor de serviços ajuda a melhorar as perspectivas para o mercado de trabalho, apesar de grande parte das vagas nesse segmento serem informais. “As pessoas devem começar a voltar a procurar trabalho, mas o volume de vagas geradas não deverá ser suficiente para absorver o contingente que começa a procurar trabalho de novo”, afirma.

Na avaliação do professor da USP, o país caminha para mais uma década perdida do ponto de vista do poder de compra do assalariado. “Em poucas palavras, uma das cicatrizes da pandemia é a piora na distribuição da renda, porque quem vai pagar o pato será o mais pobre. Primeiro, porque perdeu renda com o desemprego e, segundo, porque a inflação triplicou. Isso significa que temos hoje 20 milhões de pessoas com nível de acesso a calorias típico de campos de concentração nazistas”, lamenta Silber.

O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), é um dos analistas que não descartam o cenário de estagnação para a economia em 2022.



» Problema estrutural

Um dos flagelos da pandemia é o aumento do desemprego, que não deve recuar para um dígito tão cedo e continuará sendo o principal desafio dos próximos governos

Período	Taxa — Em %
4tri12	6,9
4tri13	6,2
4tri14	6,5
4tri15	8,9
4tri16	12,0
4tri17	11,8
4tri18	11,6
4tri19	11,0
4tri20	13,9
1tri21	14,7
2tri21	14,1
3tri21*	14,4
4tri21*	13,0
1tri22*	13,4
2tri22*	13,0
3tri22*	13,4
4tri22*	12,2
4tri23*	11,6
4tri24*	10,9
4tri25*	10,1
4tri26*	10,1

*Taxa projetada pelo FGV Ibre com base nos dados do IBGE, sem ajuste sazonal, considerando altas do PIB de 4,9%, em 2021, de 1,5%, em 2022, e de 3,5% de 2023 a 2026.

Ele ressalta que, sem investimento público, o PIB continuará fraco. “O crescimento de 1,5% previsto pelo FMI seria o teto. Mas, com essa política de destruição do investimento público e com a incerteza gerada pelo governo, não vejo como recuperar, no curto prazo, o desemprego”, pontua.

Para Oreiro, com a inflação atual, também acima de dois dígitos — corroendo o poder de compra do brasileiro e o salário real — outro motor do PIB fica comprometido: o consumo. “Não tem como o consumo puxar o crescimento a curto prazo. O país tem uma crise energética contratada e precisa investir pesado em infraestrutura, mobilidade urbana e em uma economia descarbonizada, como os países desenvolvidos estão fazendo”, afirma.

Risco de histerese

O professor da UnB alerta para o risco de uma crise da covid-19 provocar uma histerese no mercado de trabalho, como na física, criando a tendência de um sistema que não consegue mudar a forma adquirida. Oreiro explica que os danos da pandemia nesse segmento podem ser definitivos sem uma boa política industrial, porque, como uma barra de ferro que, aquecida, entorta e não volta mais à forma normal, o mercado de trabalho pode seguir o mesmo rumo. “O risco da pandemia é o desemprego de longa duração tornar permanente e, com isso, a taxa

de desocupação não volta mais ao patamar inicial. E há vários mecanismos que explicam essa histerese. O primeiro é o sucateamento do capital, porque, quando a economia entra em recessão, as empresas deixam de investir na modernização do estoque e o nível de emprego diminui por conta do sucateamento. O segundo fator é a desqualificação, quando os trabalhadores ficam muito tempo sem emprego e ocorre uma depreciação nas habilidades”, frisa.

No entender do economista Ecio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o cenário não é tão desolador para falar em estagnação, mas ele reconhece que o desemprego no país permanecerá elevado por um período prolongado. Para Costa, sem mudanças estruturais na economia, como a reforma tributária e a administrativa, não há como o desemprego voltar para menos de um dígito no país. “Houve poucos avanços em plena pandemia e a reforma tributária que poderia ajudar o emprego industrial não vai avançar e o país continuará crescendo no mesmo ritmo pré-pandemia, de 1%”, lamenta o acadêmico. Segundo ele, a reforma do Imposto de Renda, “não vai ajudar nesse sentido de melhorar o crescimento do país e do PIB per capita, passada a pandemia”. “Para reduzir o desemprego, é preciso avançar com medidas que melhorem as regras tributárias e a burocracia, ainda muito engessada”, complementa.

» Projeções

De acordo com os dados do FGV Ibre, a taxa de desocupação do Brasil era bastante baixa na década de 1980 e no início dos anos 1990, com uma média de 5% entre 1981 e 1994. O indicador passou de média de 9,3% entre 1995 e 2014. E, devido à crise econômica no país e à recessão de 2015 e 2016, a taxa de desemprego média entre 2014 e 2019 subiu para 11,4%. Com isso, entre 1995 a 2019, a taxa média foi de 9,7%. Para este ano, o instituto prevê que a taxa de desocupação encerrará dezembro em 14,1%, passando para 13% no fim de 2022, considerando as taxas de crescimento do PIB de 4,9% e de 1,5%, respectivamente. Já a previsão para a massa salarial ampliada é de queda de 4,7%, em 2021, e, no ano que vem, avanço de 3,4%. A Tendências Consultoria, apesar de ter previsões mais otimistas do que o Ibre para o PIB neste ano e no próximo, de 5% e de 1,8%, respectivamente, tem estimativas parecidas para o desemprego, de 14% e 13,5%, respectivamente. Em relação à renda do trabalho, prevê queda de 3,5%, neste ano, e alta de 1%, em 2022.

» Renda instável

Rendimento do trabalhador brasileiro vem sendo corroído pelas crises e pela inflação, conforme projeção do FGV Ibre

Período	Em R\$ bilhões
4tri17	1.025,7
4tri19	1.107,6
1tri20	936,9
2tri20	1.059,3
3tri20	1.055,4
4tri20	1.041,2
1tri21	902,2
2tri21	992,7
3tri21	976,9
4tri21	1.027,5
1tri22	944,9
2tri22	978,8
3tri22	999,2
4tri22	1.108,1

» Motor fraco

PIB brasileiro encolheu mais do que a média global em 2020 e, pelas projeções do FMI, continuará crescendo menos do que o resto do mundo

Ano	Varição - Em %
2010	7,5
2011	3,9
2012	1,9
2013	3,0
2014	0,5
2015	-3,5
2016	-3,3
2017	1,3
2018	1,8
2019	1,4
2020	-4,1
2021*	5,2
2022*	1,5
2023*	2,0
2024*	2,1
2025*	2,1
2026*	2,1

*previsão do FMI

Fontes: FGV Ibre e FMI